

O PAPEL DAS GRANDES ONGS TRANSNACIONAIS E DA CIÊNCIA NA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

ANTONIO CARLOS DIEGUES, ANTROPÓLOGO, USP

2008

As condições ambientais da Terra tem se agravado nas últimas décadas com a mundialização dos processos de produção e consumo, como atestam os vários relatórios do das Nações Unidas. Os processos de poluição continental e marítima, a perda das florestas e da biodiversidade têm sido acompanhados de drástico empobrecimento econômico e cultural de grandes massas rurais e urbanas, excluídas dos processos de mundialização econômica. O *Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social-UNRISD*, aponta os efeitos drásticos das políticas sócio-econômicas equivocadas do Banco Mundial, dos ajustes estruturais que estão levando a uma pauperização social e ambiental nunca antes vista na história da Humanidade. Essas políticas preconizam uma redução do papel do Estado em áreas essenciais como a saúde, a educação e a proteção do meio ambiente. Esse estudo do UNRISD (1995) já assinala algumas tendências gerais do processo de globalização: a propagação da democracia liberal, o domínio das forças de mercado, a integração global das economias nacionais, a transformação dos sistemas de produção e dos mercados de trabalho, a velocidade das mudanças tecnológicas e a revolução dos meios de comunicação e do consumismo, esta última erodindo culturas nacionais e valores tradicionais.

O estudo da UNRISD assinala também que essa globalização não constitui um fenômeno “natural”, mas é impulsionado por um conjunto poderoso de interesses nacionais e internacionais cujos promotores estão convencidos de que a liberalização rápida das economias e dos sistemas políticos terão como resultado um crescimento econômico renovado, ao qual se seguirá necessariamente uma melhoria do bem-estar social.

No centro desse processo, o estudo assinala o papel das transnacionais, cujo volume de operações de venda cresceu varias vezes de 1980 até o presente mas empregando uma fração relativamente pequena da mão-de-obra, . Somente como exemplo já em meados da década de 90, o valor das vendas anuais da General Motors e da IBM superava o PIB de alguns países do Terceiro Mundo. (UNRISD, 1995).

Quanto às conseqüências sócio-ambientais da ação das transnacionais, o mesmo estudo assinala a instalação de empresas de papel e celulose, proibida em países do Norte, a continuação da exportação de biocidas e lixos tóxicos proibidos nos países industrializados para os do Terceiro Mundo, aproveitando-se de uma legislação e controle ambientais insuficientes, com graves problemas para a saúde das populações; indica a responsabilidade crescente dessas empresas sobre o desmatamento das florestas tropicais, sobre as tragédias sócio-ambientais dos últimos 20 anos (Bhopal, na India, em que um escapamento de gás da Union Carbide matou 3 mil pessoas; os derramamentos de petróleo que aniquilam a vida marinha em áreas costeiras de diversos continentes).Algumas dessas transnacionais tentam melhorar sua imagem na questão ambiental, enquanto que outras continuam com suas práticas danosas ao meio ambiente, com repercussões graves também sobre a saúde das populações mais desprotegidas, frequentemente com a anuência tácita de governos nacionais que pretendem alcançar o crescimento econômico a qualquer custo. É também verdade que, nos últimos anos passou a existir um interesse maior das grandes empresas com a questão ambiental, com a criação de departamentos específicos de controle de emissão de gases e de resíduos industriais. Existe, por outro lado, a possibilidade, para muitas empresas de aumentar seus lucros pelo desenvolvimento e venda de tecnologias de despoluição e controle ambiental.

Os Rumos do Ambientalismo nas Últimas Duas Décadas

Nas últimas duas décadas, tem surgido várias tendências no ambientalismo que apresentam percepções distintas das questões ambientais como ocorrem entre a World Wildlife Fund,(WWF) a Conservation International,(CI), a TNC (Nature Conservancy), entre outras e os movimentos e ONGs sócio- ambientalistas dos países do Sul. Ao mesmo tempo nos países do Sul há conflitos crescentes entre o ecologismo social e o ecologismo

preservacionista, este último fortemente influenciado pelas grandes organizações conservacionistas internacionais, pela ecologia profunda, etc. Esses conflitos originam-se a partir de enfoques distintos sobre a crise ambiental e suas soluções nos países do Terceiro Mundo. Enquanto o ecologismo preservacionista tem tendência a separar os aspectos sociais e ambientais, baseando sua estratégia na criação de parques sem gente, no controle demográfico, etc o ecologismo social afirma as interligações entre o meio ambiente e os problemas sociais (desemprego, migração, expansão do capital e a ameaça aos modos de vida de comunidades tradicionais, indígenas, etc) e os ambientes, propondo estratégias de envolvimento das comunidades locais rurais e urbanas na solução dos problemas sócio-ambientais.

Por outro lado, à medida em que houve um recuo do ambientalismo radical dos anos 60-70 nos países do Norte, as mega-organizações ambientalistas internacionais tem conseguido, especialmente na era Reagan, uma influência cada vez maior sobre organizações financeiras internacionais como o Banco Mundial. Com isso dispõem de recursos financeiros que usam para influenciar organizações ambientalistas nacionais e locais através de concepções e estratégias próprias do ecologismo conservador e preservacionista. Um exemplo disso, é o volume de recursos hoje disponíveis para a criação e manutenção de áreas naturais protegidas de onde as comunidades tradicionais são expulsas e os escassos recursos para projetos locais de uso sustentável de recursos naturais, como as reservas extrativistas.

As ONGs ambientalistas/conservacionistas e a Sociedade Civil Global

É necessário se ressaltar o crescimento do número das Organizações Não-Governamentais, passando de cerca de 400 na Conferencia de Estocolmo em 1972 para mais de 2.000 na Conferencia da ONU, no Rio de Janeiro representa, sem dúvida, um dos indicadores mais importantes da relevância das questões ambientais no mundo contemporâneo. Apesar do aumento do poder das Ongs em influenciar as políticas ambientais nacionais e internacionais, a cooptação crescente de muitas delas pela esfera governamental tem enfraquecido sua ação.

A importância dessas mega – organizações cresceu assustadoramente nas últimas duas décadas, implantando filiais em vários países do Terceiro Mundo a partir de meados da década de 80, quando firmou-se o modelo neo-liberal de “ Estado mínimo”. Segundo esse modelo alguns serviços considerados não-essenciais ou não-rentáveis devem ser privatizados, incluindo-se aí os do meio-ambiente. Além disso, muitos órgãos multi-laterais, fundações (e corporações), órgãos de assistência /técnico/financeira norte-americanos e europeus passaram a financiar diretamente as ONGs, consideradas “ representantes da sociedade civil internacional em formação”, “ mais confiáveis, não – corruptas e eficazes” que as instituições governamentais dos países do Sul.

A questão acima levanta uma outra igualmente importante: o da “ governança global” que está subjacente às práticas internacionais das grandes Ongs e às suas vinculações com bancos multi-laterais, fundações e corporações multinacionais. Alguns autores como Compagnon (2005)questionam a pretensão de algumas dessas ONGs em representar uma governança global democrática, uma vez que sua própria organização interna e sua ação no que se refere ao tratamento de alguns temas como os que se referem às populações tradicionais nos parques são marcadas pelo autoritarismo e pelo enfoque “ de cima para baixo”.

“Parece-nos que a renovação anunciada das categorias de compreensão democrática através da noção de governança “ global” ou “ multi-níveis” é basicamente uma cortina de fumaça. Num sistema-mundo onde as próprias idéias estão submetidas às leis do mercado, a governança global ou multi-níveis aparece como um anteparo para disfarçar os procedimentos de captação de recursos e cooptação onde os atores de decisão, incluindo as ONGs escapam amplamente ao controle democrático..” (Compagnon, 2005.p 180)

A expansão do modelo econômico neo-liberal, ocasionando um empobrecimento crescente dos povos do Terceiro Mundo, a redução dos investimentos governamentais em saúde e educação, em grande parte causada pela privatização desses setores, uma estrutura de comércio internacional controlada pelos países do Norte, através da Organização Mundial do Comércio tem ocasionado críticas crescentes a esse modelo de crescimento econômico que desembocaram em novas propostas, como a do eco-desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável.

Um tema relevante e relacionado com a expansão capitalista neo-liberal é o dos “bens comuns”, como o ar, o mar, que são cada vez mais apropriados por interesse privados. A ameaça a esses bens comuns, com a destruição da biodiversidade, a redução da camada de ozônio, o efeito-estufa e as consequências catastróficas da elevação do nível do mar passaram a ser preocupação dos governos e entidades científicas, levando à realização de acordos internacionais e ao estabelecimento de ambiciosos projetos de pesquisa científica.

A quase totalidade das equipes e centros de pesquisa que estudam as mudanças globais, conseguindo atrair cada vez mais recursos financeiros está localizada nos países do Norte. Segundo Wynne (1994), o fato do Painel Intergovernamental interpretar as mudanças ambientais globais com o efeito-estufa e com os níveis de emissão de carbono já é uma forma de reducionismo com graves implicações políticas. Dentro dessa perspectiva, os cientistas naturais, particularmente os meteorologistas desempenham o papel crucial nas análises desses fenômenos, deixando de lado os processos sócio-econômicos que estão na origem das chamadas mudanças globais. Ainda segundo Wynne (1994), todo esse importante domínio da ciência estaria concentrado em meia-dúzia de grandes centros de pesquisa nos países industrializados, que dispõem de super-computadores necessários para a elaboração de complexos modelos matemáticos

As grandes organizações conservacionistas transnacionais e a globalização

Ainda que as grandes organizações conservacionistas transnacionais como a WWF (World Wildlife Fund), a TNC (Nature Conservancy), a CI (Conservation International), a WCS (Wildlife Conservation Society), originárias principalmente dos Estados Unidos tenham surgido por volta da década de 60, sua expansão pelo mundo se deu a partir dos anos 80 quando começaram a estabelecer suas filiais nos países do Sul, com o objetivo de proteger a biodiversidade, sobretudo através de áreas protegidas de conservação desabitadas. Em suas ações são guiadas pelo preservacionismo, pela noção da importância da vida selvagem (wilderness), por filosofias como a da ecologia profunda que confere um sentido quase religioso à natureza e pelo valor conferido às ciências naturais na identificação das áreas prioritárias de conservação nos países do Sul (sobretudo através da

biologia da conservação). Uma característica da maioria delas é a ausência de uma crítica mais profunda do sistema de produção e consumo da sociedade urbano industrial como ocorreu com o ambientalismo mais combativo dos anos 60/70. A prioridade delas tinha se voltado para a proteção das espécies e ecossistemas ameaçados de extinção através da implantação de unidades de conservação das quais as populações tradicionais tinham que ser retiradas em favor da chamada “ vida selvagem” (wilderness). Muitas dessas organizações sequer criticavam o “ aquecimento global” por tratar-se, segundo elas, de uma questão política que nada tinha a ver com a conservação do mundo natural.

Algumas delas, como a WWF, durante os anos 80/90, período em que os povos indígenas e outras comunidades tradicionais, apoiados pela ONU apareceram na cena política em várias partes do mundo, desenvolveram projetos de conservação da biodiversidade e desenvolvimento com o objetivo de, ao mesmo tempo, conservar a natureza e beneficiar as populações locais. Esses projetos foram de curta duração, pois ficou evidente que essas populações tinham como prioridade garantir legalmente o acesso às suas terras como condição para o manejo dos recursos naturais. Essa demanda frequentemente levava ao confronto, às vezes violentos, entre Governos e povos indígenas, o que não era do interesse dessas grandes ONGs que também cooperavam com esses governos, sobretudo no estabelecimento de áreas protegidas.

“ Povos indígenas, em cujas terras os três grupos conservacionistas lançaram um conjunto de programas, tornaram-se cada vez mais hostis. Um de seus primeiros desacordos versa sobre o estabelecimento de áreas naturais protegidas, que, segundo os moradores dessas áreas, frequentemente, desrespeitam seus direitos. Às vezes povos indígenas são desalojados e segundo eles, os conservacionistas frequentemente parecem estar detrás desses acontecimentos. Em outras ocasiões, os usos tradicionais da terra foram declarados “ ilegais” ocasionando perseguições dos moradores pelas autoridades governamentais. Associado a isso existem as relações das organizações conservacionistas com as corporações multinacionais, particularmente aquelas que tem atividades de exploração de gás e petróleo, a indústria farmacêutica e as companhias de mineração que estão diretamente envolvidas no saque e na destruição das florestas ocupadas pelos povos indígenas.” (Mac Chapin, p. 18)

As estratégias globais

As BINGO's tem dado uma grande importância às ciências naturais, contratando cientistas ou criando seus próprios departamentos científicos. Uma das funções desses cientistas é aplicar as ciências às questões práticas de conservação da natureza. Esses modelos, no entanto, quase sempre estão atrelados a pressupostos filosóficos, como os da Ecologia Profunda, que com sua visão eco-centrista (contraposta à antropocentrista) tem contribuído para uma separação ainda maior entre sociedade e natureza(s). Quase todos esses modelos são criados para tratar de áreas protegidas integrais, nas quais não pode haver moradores como populações extrativistas e Povos Indígenas. Daí o forte componente das ciências naturais nesses modelos, cuja aplicação nos países do Sul tem contribuído para a expulsão e desorganização das populações rurais e tradicionais onde essas áreas naturais de não-uso tem sido implantadas.

A partir do final dos anos 90, a estratégia de trabalhar com organizações locais foi abandonada em favor da chamada “conservação global”, baseada na proteção de grandes “paisagens” (eco-regiões, corredores ecológicos), da conservação em grandes escalas, da qual desapareciam as populações tradicionais e povos indígenas. Os termos usados diferem: “hotspots” (áreas prioritárias) para a CI, eco-regiões e Global 2000 para a WWF, “ecossistemas” para a TNC e “paisagens vivas” para a Wildlife Conservation Society (WCS)- mas são semelhantes no sentido em que são aplicados da mesma forma em todos os países de alta biodiversidade em que trabalham.

As “*áreas críticas*” (Hotspots) são caracterizadas por concentrações excepcionais de espécies endêmicas e alta perda de habitats.

A “eco-região” é definida como um conjunto geograficamente distinto de comunidades naturais que compartilham uma grande maioria de suas espécies, dinâmicas ecológicas e condições ambientais similares e cujas interações ecológicas são críticas para sua manutenção a longo prazo. Cerca de 2000 eco-regiões foram definidas globalmente. O planejamento eco-regional objetiva substituir o enfoque anterior de se estabelecer áreas protegidas para ir além do foco em espécies para um outro baseado em ecossistema e habitat, para integrar os princípios da biologia da conservação com os da ecologia da paisagem no processo de decisão e assegurar que os recursos financeiros limitados sejam alocados onde mais são necessários. (Arvind, K e Stephens, J., 2004)

Como afirma Mac Chapin,(2004)a apresentação desses projetos de larga escala às agencias doadoras, feito com o uso de novas tecnologias informatizadas, como a do GIS e imagens de satélite impressionavam os futuros financiadores que eram convencidos da necessidade de financiamentos cada vez maiores. Além disso, ao participar desses “ planos globais”, as grandes corporações visualizavam seu papel de “ colaboradores e agentes globais da conservação.”

“Aproveitando-se da disponibilidade das imagens poderosas do sensoriamento remoto (GIS) e algoritmos, as grandes ONGs da conservação trabalharam para produzir “ imagens sedutoras, virtualmente exuberantes de regiões e áreas indicadas para a conservação.(Brossius, ibid). Isso foi muito eficaz em atrair os doadores estratégicos e o financiamento privado que apóiam uma agenda global de uso da terra que excluem as populações locais (Mac Chapin, 2004). Por isso, os novos mapas não somente permitem a visualização da biodiversidade em múltiplas escalas maiores e temporais: eles deliberadamente excluem fatores não-biofísicos (sociais) dessas representações cartográficas do mundo... Nesses processos,” os dados sobre as comunidades humanas tornam-se codificados como “ ameaças” ou são eliminados. Isso, por sua vez, produz processos capilares de poder sobre quais as visualizações são transferidas do mapa para o terreno”.(Brossius, 2003, apud Diaw,2004, p.1)

O crescimento organizacional e financeiro

Essa mudança de estratégia foi acompanhada por um crescimento rápido e espetacular do tamanho dessas organizações conservacionistas (algumas com milhares de funcionários) e de sua capacidade de conseguir fundos sobretudo do Governo norte-americano através da USAID, do Banco Mundial, das fundações norte-americanas e finalmente das grandes corporações multinacionais. Estas últimas vêm nessas grandes organizações conservacionistas o modelo de um conservacionismo global e supranacional, participando de seus diversos conselhos, apesar de algumas delas, como as empresas químicas e petroquímicas, petrolíferas e de mineração terem sido responsáveis por grandes desastres ambientais com graves impactos sobretudo sobre as populações pobres que vivem em áreas costeiras e florestadas.

Ainda segundo Mac Chapin, a TNC tinha se envolvido há mais tempo com doações privadas, mas o ritmo aumentou nos anos 90. Hoje, a TNC tem cerca de

1.900 parceiros corporativos que em 2002 doaram um total de 225 milhões de dólares para a organização. . O portal (website) da CI lista mais de 250 corporações que doaram cerca de 9 milhões de dólares para suas operações em 2003. A parte da WWF é menor,mas ela procura ativamente esse apoio, nomeando algumas dessas corporações como “ parceiras da conservação, consistindo em empresas multinacionais que contribuem com doações maiores para o trabalho global de conservação da WWF.

“Pesquisas independentes mostram que “ os consumidores tem em grande apreço as empresas que investem em sua responsabilidade social e ambiental”. A WWF seleciona “ o melhor das melhores práticas sociais e ambientais das empresas”, mas também vê a necessidade de se “ engajar com empresas que apresentam resultados pobres ou mistos no campo ambiental, onde existe um potencial real para uma mudança positiva”. (20). Entre as empresas doadoras para essas três ONGs estão a Chevron Texaco, Exxon Mobil,Shell International, Weyerhaeuser, Monsanto, Dow Chemical e Duke Energy.(Mac Chapin,p.25)

Ainda segundo Mac Chapin, os recursos financeiros combinados da WWF, TNC e CI em 2002 para trabalhar em países do Terceiro Mundo representaram mais da metade dos 1.5 bilhões de dólares disponíveis para a conservação naquele ano.

*“A análise financeira de três grandes organizações: A WWF/USA, a CI e a TNC revela que sua renda e gastos (investimentos em conservação) em 2002 era de 1.28 bilhões e 804 milhões de dólares **respectivamente**. Esse dado das finanças das Ongs não é uma aberração mas parte de uma tendência contínua, evidente desde meados de 1990, de renda crescente, gastos e acumulação de bens. A renda combinada das Três Grandes cresceu de 635 milhões de dólares em 1998 para 899 milhões em 1999 e para 956 milhões em 2000.”(Mac Chapin.p.22)*

Além da contribuição das grandes corporações multinacionais, as grandes ONGs transnacionais receberam doações das fundações americanas. A Fundação norte-americana Gordon e Betty Moore doou 261.2 milhões de dólares à Conservation International –CI para atividades de conservação focalizadas no uso da ciência para a proteção de áreas naturais críticas ao redor do mundo, através de corredores ecológicos interligando diversas áreas protegidas integrais. (Mac Chapin, 2004)

A mesma fundação também tem um projeto chamado de Iniciativa Amazônia-Andes, de 350 milhões de dólares a serem gastos num período de 10 anos para a

proteção da biodiversidade com a participação das grandes ONGS transnacionais.(USAID, 2006)

As contribuições individuais ainda são importantes, mas não tem, hoje, o mesmo peso financeiro comparadas aos aportes das grandes corporações e bancos multilaterais.

Um artigo publicado no Washington Post, em 2003, indica uma dessas grandes ONGs, a Nature Conservancy (TNC) funciona também como as corporações multinacionais

“Hoje a (Nature) Conservancy tem 3.200 funcionários em 528 escritórios espalhados por todos os estados norte-americanos e 30 escritórios em outros países. A organização tem todas as características dos que ocupam as páginas da Fortune 500: alcance global, foco em grupos de consumo, reuniões com líderes mundiais, marketing sofisticado e análise de custo-benefício aplicado à conservação. A sede mundial da organização é um edifício de 8 andares, no valor de 28 milhões de dólares em Arlington....Na década de 90, época da bolha econômica e generosidade das empresas, ocorreu um grande crescimento. As doações das empresas corporativas foram de 1.8 milhões de dólares em 1993 para 225 milhões de dólares no ano passado.(O Washinton Post Co é um contribuinte regular, doando 1.500 dólares ano passado).Em 2002, a renda da Conservancy alcançou 972 milhões de dólares, dez vezes mais que a renda do Sierra Club.” (Washington Post, p.1)

Compagnon(2005) também compara as estratégias das BINGO’s às das grandes empresas multinacionais:

“As estratégias seguidas são semelhantes àquelas das empresas para conquistar os mercados (promoção dos hot spots onde a biodiversidade está particularmente ameaçada para a CI): elas aplicam frequentemente, para vencer os obstáculos, jogos complexos de atores e de alianças locais que escapam ao registro da boa vontade e do voluntariado benévolo que deveria caracterizar o mundo das ONGs. (pág. 182).

As grandes ONGS transnacionais que no passado trabalhavam isoladamente, hoje, segundo autores dividem o “ mercado da conservação” entre elas, cada uma competindo com as outras em determinadas regiões do mundo por programas e recursos financeiros.

“A competição é particularmente viva entre as organizações pelo controle de áreas protegidas e de zonas de intervenção de seus projetos,

pelo recrutamento de pessoal competente (para o qual podem sofrer a concorrência também dos Estados e das organizações inter-governamentais-OIG) e pela obtenção de fundos.” Compagnon, 2005,p.183)

A competição por hegemonias regionais é exemplificada, com mais detalhes por Mac Chapin

“ Esse comportamento isolacionista foi comum por vários anos e foi exacerbado à medida em que as ONGs cresceram em tamanho e poder. Por exemplo, reconhece-se geralmente que a CI considera o Surinam e a Guiana como “ seus territórios”; a TNC controla a região BOSAWAS da Nicarágua e a WCS é guardião do Chaco Boliviano... Deve-se reconhecer que esse tipo de territorialidade não funciona para diminuir os conflitos. Havendo várias ONGs competindo por acesso a uma só área, travando batalhas pelo favor de grupos locais, os doadores poderiam desaparecer, criando o caos. Isso acontece ocasionalmente e as conseqüências são invariavelmente desastrosas para todos os envolvidos.” (Mac Chapin,2004.p.25)

A influência das Grandes ONGs sobre Governos e sociedades do Sul

A influência dessas organizações tem sido grande tanto nas grandes conferencias sobre acordos internacionais realizados promovidas pela ONU quanto sobre muitos governos nacionais, especialmente do Terceiro Mundo, para os quais frequentemente fornecem “ especialistas “ no campo da conservação.

Um exemplo dessa influência ocorreu recentemente na reunião da Comissão de Áreas Protegidas, uma das mais importantes da Convenção da Diversidade Biológica, realizada em fevereiro de 2008. Como o secretariado dessa Comissão tem poucos recursos financeiros, as Grandes ONGs Conservacionistas financiaram várias atividades do Secretariado, aumentando sua área de influência.

Muitas vezes, elas financiam atividades para as quais os governos não dispõem de recursos financeiros, como treinamento e formação de pessoal, identificação de áreas prioritárias para a conservação e realização de planos de manejo segundo seus próprios critérios e metodologias, estabelecimento e gestão de áreas protegidas, em grande maioria, de proteção integral. Sua influência também é grande sobre as Ongs locais, frequentemente dependentes de recursos financeiros dessas grandes organizações e que funcionam como correias de transmissão de teorias e práticas conservacionistas, muitas vezes inadequadas às

condições ecológicas e culturais dos países do sul que acabam pagando um alto preço social pelos conflitos gerados pelo estabelecimento de áreas protegidas sem moradores e pela desorganização do modo de vida das populações tradicionais e locais. A TNC-Nature Conservancy, por exemplo, tem por estratégia a aquisição de terras para a proteção da natureza não somente nos Estados Unidos como em países do Sul, algumas vezes em regiões politicamente sensíveis, causando suspeitas sobre seus verdadeiros interesses.

Essa “ conservação global” se traduz também por projetos regionais da USAID,(US Agency for International Development), como a da Amazon Basin Conservation Initiative (ABCI), proposto em janeiro de 2006 e que cobre os diversos países da bacia amazônica. Esse projeto de 200 milhões de dólares será administrado, em grande parte, pelas grandes ONGs que são parceiras tradicionais da USAID. Essa iniciativa, pelo seu caráter geopolítico sofreu restrições por parte de alguns países da região amazônica, incluindo o Brasil.

No final da década de 70, quando a USAID se tornou cada vez mais interessada em meio-ambiente, as ONGs conservacionistas viram nessa agencia norte-americana uma nova fonte de recursos. A WWF no início recebeu fundos modestos da USAID que foram aumentando com o passar do tempo para chegar a cobrir mais de 70% dos gastos de vários projetos.

“Entre 1990 e 2001, a USAID proporcionou certa de 270 milhões de dólares para ONGs, Universidades e instituições privadas para atividades de conservação. (18). A parte do leão desse total destinado a ONGs foi ganha pela à WWF, que recebeu aproximadamente 45% do dinheiro disponível. Uma parte menor, ainda que significativa foi para outras cinco ONGs: CI, TNC, WCS, the African Wildlife Foundation (AWF) e a Enterprise Works- através do Programa Global de Conservação da USAID.”(Mac Chapin, 2004.p.24)

O argumento é que as doações a grandes ONGs conservacionistas diminuiriam a burocracia da USAID; evitariam o uso desses recursos por administrações governamentais consideradas passíveis de corrupção e dariam às Seis ONGs um poder considerável sobre as agendas dos grupos locais que recebem as doações.”

No Brasil, entre os grandes projetos promovidos por essas ONGs está o ARPA,(Áreas protegidas da Amazônia Brasileira) proposto pela WWF . O projeto prevê o investimento de 395 milhões de dólares, em 10 anos, com os aportes do banco alemão

KFW, do Banco Mundial (GEF), da WWF e do Governo Brasileiro, além de um trust fund de 220 milhões de dólares para a gestão dessas áreas.(USAID, 2006)

O ARPA inicialmente se concentrava somente no estabelecimento e gestão de áreas protegidas integrais da Amazônia..Somente uma posição firme de setores do Ministério do Meio-Ambiente fez com que o projeto incluísse as reservas de uso sustentável, ainda que nenhum recurso tenha sido destinado diretamente à produção sustentável e à melhoria das condições de vida da população local.

Se essas BINGO's conseguem influenciar um governo que tem instituições ambientais já estabelecidas, pode-se imaginar seu poder e influência em países menos ricos, com frágeis instituições ambientais.

É importante sublinhar que nos anos 60 havia cerca de 2.000 áreas protegidas no mundo: hoje são mais de 105.000 em todos os continentes, representando cerca de 12% ou seja 20 milhões de quilômetros quadrados do globo está sob alguma categoria de unidades de conservação, superfície essa maior que o da África (Mark Dowie, 2005)..

No Brasil, o número hectares de áreas protegidas passou de 15 milhões em 1985 para mais de 130 milhões de hectares em 1987, e já ocupam cerca de 15.2% do território nacional e cerca de 20% da Amazônia (ICM,2008) com implicações não somente ecológicas, mas também sociais, culturais e de geopolítica. A implantação indiscriminada de áreas protegidas estritas sobre territórios antes usados por populações tradicionais, como os caboclos, seringueiros, caiçaras tem causado graves conflitos e injustiças sociais uma vez que nelas essas comunidades não podem mais viver e encontram grandes dificuldades em manter sua cultura.

Essa política resultou, segundo dados da ONU na expulsão de cerca de 5 a 10 milhões de pessoas, sobretudo de grupos tradicionais , chamados por Marc Dowie (2005) de “ *refugiados da conservação*”.Um número ainda maior de grupos tradicionais sofreram grandes restrições em seu modo de vida tradicional (baseado no extrativismo, pequena agricultura, pesca), e muitos deles saíram de seus territórios tradicionais sem qualquer tipo de indenização para ir morar em condições sub-humanas nas periferias pobres das cidades africanas, latino-americanas e asiáticas, aumentando o número das vítimas da globalização conservacionista ou como do “ eco-colonialismo” (Guha, R 2000) . É importante se observar que grande parte dessa população vivia em áreas consideradas pelas grandes

ONGS como de alta biodiversidade, tem grande conhecimento da diversidade biológica, podendo ser aliados importantes da conservação e não seus inimigos.

Existe um “*silêncio constrangedor*” por parte dos órgãos oficiais, sobre a sorte das comunidades tradicionais residentes em parques porque “legalmente” são consideradas “posseiras” ou até “invasoras” apesar de a imensa maioria delas viver aí há gerações. Além disso, pelo seu modo de vida, conhecimentos e práticas culturais muitas delas contribuíram e contribuem para a manutenção da biodiversidade. Até hoje não existe um cadastro oficial das comunidades tradicionais residentes em unidades de conservação integral, seus problemas e limitações. Em muitos casos as pesquisas das ciências humanas não são bem-vindas ou as propostas são “engavetadas” pelos órgãos responsáveis que não procedem assim na licença concedida às pesquisas de caráter biológico. Além disso, não há linhas específicas de financiamento para as pesquisas de caráter sociológico como ocorre para as ciências naturais.

O Papel das Ciências nas estratégias de conservação

A ciência e os cientistas, sobretudo os cientistas naturais desempenharam um papel importante nas práticas conservacionistas desde o início do século XX e sua influência tornou-se cada vez mais relevante. Muitos desses cientistas, além de desenvolver uma biologia aplicada à conservação, tornaram-se também ativistas dentro das Grandes ONGs da Conservação.

“Eles definem certas áreas para conservação e tem uma idéia de como operar.” Eles se consideram como cientistas que fazem o trabalho de Deus”, diz um crítico enquanto aponta que os conservacionistas “assumem que tem uma missão divina para proteger a terra”. Armados com a ciência, eles definem as condições do compromisso. Aí convidam os indígenas e os locais para participar da agenda que eles mesmos definiram. Se os povos indígenas não gostarem da agenda, são simplesmente ignorados.” Mac Chapin, 2004,p.21)

Os cientistas dos países do Norte, alguns deles remunerados por essas grandes organizações tem desenvolvido conceitos e práticas conservacionistas pouco adequados à conservação da natureza nos trópicos. Como foi enfatizado anteriormente, tanto o exercício de determinação de áreas prioritárias quanto conceito como eco-região, corredores ecológicos, aplicados indistintamente no mundo inteiro, pela amplitude de suas escalas tendem a deixar de lado as populações locais que são marginalizadas dos processos de conservação e uso sustentável..

Há necessidade urgente das universidades e institutos de pesquisas dos países tropicais em desenvolver modelos de conservação que além de eficazes, sejam democráticos, participativos, levando em conta os interesses das comunidades locais.

Partindo-se da constatação que a “ conservação da natureza” não é somente um tema “ naturalista” de proteção da “ natureza selvagem e intocada, mas também apresenta dimensões culturais e políticas, há necessidade de se incorporar as ciências sociais e os saberes tradicionais na definição das políticas conservacionistas. Daí a necessidade de um enfoque interdisciplinar para o trato do tema, que incorpore também o conhecimento local, mas que, ainda hoje, é amplamente dominado pelas ciências naturais.

Um dos exemplos da aplicação de princípios ecológicos e biológicos à conservação é a “ *biologia da conservação*”, ramo da biologia aplicada que surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 70, em grande parte, decorrência da necessidade de se determinar áreas adequadas para a proteção das espécies de animais ameaçados de extinção. Nesse sentido, a biologia da conservação, hoje espalhada sobretudo nos países do Sul forma a base científica para o estabelecimento de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. É importante se observar que nos seminários organizados, em geral, por essas ONGs não há lugar para a participação de cientistas sociais, ainda que, ao contrario do que afirmam os preservacionistas, a grande maioria dessas áreas de alta diversidade nos Trópicos é habitada sobretudo por povos indígenas e comunidades tradicionais (extrativistas, pescadores). A contribuição dos cientistas sociais é, portanto, relevante para o entendimento das relações entre esses grupos sociais e a manutenção da biodiversidade.

Na chamada “ conservação global” ou em “ grande escala”, o papel isolado dos cientistas naturais é ainda maior. Alguns conceitos como “ paisagens em grande escala”,

“eco-regiões”, áreas prioritárias para a conservação são conceitos e enfoques retirados da bio-geografia e da biologia, contestados por vários cientistas de outras formações:

‘Os defensores dentro das ONGs mantêm que esses enfoques são o resultado de longos processos científicos baseados em critérios biológicos opostos a critérios sociais e políticos . Críticos dentro e fora das ONGs assinalam que conceitos como “ ecoregiões”, “hotspots” (pontos críticos) e “ conservação da paisagem” são apenas técnicas e frases de efeito que podemos buscar em Brandon, Redford e Sanderson e que “ a ciência , partindo do pressuposto que existe, é usada, em grande parte, como decoração. Talvez seja mais exato dizer que esses enfoques são uma mescla dos dois; mas o ângulo do marketing é, inegavelmente, forte. Um documento recente da WWF, por exemplo afirma: Os programas de conservação de uma eco-região deveriam desenvolver uma visão clara, compromissada e ambiciosa para uma eco-região afim de estabelecer diretivas e conseguir apoios. Essa visão deveria conter uma mensagem inspiradora para motivar sócios e parceiros”. Apesar do que possamos pensar a respeito da ciência, não há dúvida que esse novo foco da conservação global gera lucros.’ (Mac Chapin, 2004,p.21)

Ou ainda, como afirma Diaw (2004)

“Isso representa uma nova tentativa radical para aumentar a escala de áreas sob “ proteção estrita” e para controlar a agenda do uso global da terra para as décadas e séculos futuros. Em alguns trabalhos, as paisagens e ecossistemas ocidentais são o principal cenário desses desenvolvimentos teóricos, mas o campo de batalha operacional dessa estratégia emergente é claramente o Sul, onde se encontram dois terços das espécies terrestres e das áreas críticas da biodiversidade (hotspots) (Pimm et al. 2001). Nesta curta contribuição, nós estudamos a maneira pela qual o aumento de escala combina-se com ideologia para produzir uma anti-agenda impermeável aos fracassos históricos da “ conservação-fortaleza” em ambientes tropicais.”(p.2)

Onde ficam as ciências sociais nos debates conservacionistas

A primeira constatação é que tanto a antropologia quanto a sociologia estão praticamente ausentes dos grandes programas científicos que estudam as mudanças globais na biosfera. Esses estudos são, hoje, largamente dominados pelas ciências naturais, sobretudo a meteorologia, biologia, a climatologia, a oceanografia, etc. Quando muito, existem apêndices aos programas no domínio das ciências sociais e sua contribuição às análises dos problemas sócio-ambientais tem sido muito reduzida até agora.

Os modelos de ciência para a conservação têm sido marcados pelo reducionismo metodológico, tanto entre as ciências naturais quanto as sociais. Desde o século XVII, a investigação científica foi marcada pelo paradigma cartesiano ou pelo positivismo/racionalismo. Essa ciência tenta descobrir a verdadeira natureza da realidade afim de prever e controlar os fenômenos naturais. Os cientistas acreditam que estão separados dessa realidade e por isso são objetivos. O reducionismo positivista tenta desagregar a realidade em componentes para reordená-los posteriormente como generalizações ou leis. Essa visão parcial, positivista ignora alternativas, e, no entanto, novos paradigmas estão aparecendo como a ciência não-linear, a teoria do caos, a física quântica, a teoria crítica, a pesquisa construtivista, etc.(Pimbert e Pretty, 1997).

Um dos pontos críticos desse reducionismo é o conceito de “meio-ambiente”, considerado por muitos como uma dimensão exclusivamente biológica ou natural. Como consequência dessa premissa, tudo aquilo que se refere a meio ambiente é identificado como “natural” e biológico, particularmente pelos cientistas naturais e profissionais da conservação.

Os próprios cientistas sociais têm a tendência a admitir que tudo o que se refere a meio-ambiente se identifica como natural, e, portanto, do campo das ciências naturais. Um dos receios desses cientistas é se deixar influenciar pelo determinismo geográfico que atribui a fatores físicos (clima, solo, geologia, etc.) um papel determinante na constituição das sociedades.

Em primeiro lugar, segundo Benton e Redclift (1994) a análise das questões ambientais sofre, em geral, de duas formas de reducionismo: o biológico e o sociológico.

O reducionismo biológico ou naturalizante parte do princípio que a natureza é o modelo para a vida humana e social. Nessa visão, os conceitos de ecologia enquanto ciência biológica são aplicados indistintamente às diversas espécies, incluindo a humana, ao passo que os princípios filosóficos que estão na base dessa ciência são generalizados como um conjunto de normas para a conduta humana. (Benton, 1994).Muitos desses trabalhos, sob forte influência maltusiana reduzem a ecologia humana à relação entre populações e recursos naturais. Em algumas das versões reducionistas, parte-se de uma “idade de ouro”, paradisíaca, quando as sociedades humanas viviam em harmonia com a natureza para a

situação atual de desequilíbrio que afetaria negativamente a natureza.. Ainda para Benton (1994), no entanto, não existe uma única maneira, original e harmônica, pela qual o ser humano se relacionaria com a natureza, mas uma grande variedade de formas de culturas que marcam essas relações. As conseqüências ecológicas e as condições da interação do ser humano com a natureza são função de cada modo específico de vida social em sua relação com o meio-físico e seus processos ecológicos.

Os modelos biológicos têm dificuldades em incluir o homem, assim como a teoria dos ecossistemas que, por exemplo, é incapaz de integrar os processos sociais e culturais em suas pesquisas, apesar das aspirações de seus promotores, como Odum. Ela privilegia o estudo dos ecossistemas menos tocados pelo homem, ainda que sua quase totalidade já tenha sofrido a intervenção humana. Compreende-se assim que os ecólogos tenham preferido deixar o homem de fora dos ecossistemas, pois a sua inclusão introduz variáveis sócio-culturais, tornando a análise mais complexa.. Compreende-se também que, tendo excluído o homem de seu objeto de estudo, toda transformação causada pelas suas atividades aparece ação externa e com impacto sempre prejudicial à natureza.. Como não levar em conta a ação humana na análise dos ecossistemas é irrealista, a concepção sistêmica de Odum contribuiu para criar uma conotação misantrópica ao discurso de alguns conservacionistas. (Lassere, 1997: 141-42)

Por outro lado, existe um reducionismo sociológico, pelo qual a natureza é vista somente através das representações simbólicas que as sociedades humanas constroem em sua relação com o mundo natural. Nessa concepção extrema, não existiria natureza física, mas somente as representações simbólicas construídas pelas diversas sociedades.

É interessante se observar que hoje existe uma grande interação entre a chamada economia ambiental, de profunda influencia neoclássica e a teoria dos ecossistemas. Ambas trabalham com modelos procurando estabelecer parâmetros de análise comuns, como fluxos energético-monetários, etc...É evidente, que a discussão científica sobre o tema é extremamente mais complexa do que a expressa nestas linhas, reportando-se ao núcleo da *questão interdisciplinar*, da mudança de paradigmas científicos

Uma das dificuldades encontradas pelas ciências sociais e naturais reside na ambigüidade de alguns conceitos utilizados, como o de meio ambiente. No caso da análise

das mudanças ambientais globais, apesar de se saber que grande parte da presença de dióxido de carbono na atmosfera é produto da queima de combustível fóssil pelas sociedades humanas, numa escala nunca antes vista, esse processo é quase sempre analisado em suas conseqüências físicas (elevação do nível médio do mar, desertificação) e não em suas causas e agentes sócio-econômicas. O mesmo sucede com a redução da camada de ozônio, causada, em grande parte pelo uso humano de gases, como o CFC. Uma outra razão diz respeito à própria noção de conhecimento científico e tem bases ideológicas.. O estudo dos processos sociais, econômicos e políticos que levam hoje a essas mudanças globais por parte dos cientistas sociais poderia apontar responsáveis pela degradação ambiental, principalmente os países ricos, as multinacionais e seus associados nos países do Terceiro Mundo. Poderia resultar também no aumento da consciência de que esses processos produtivos deveriam ser mudados, com suas implicações sobretudo econômicas e políticas.

Algumas das grandes organizações conservacionistas, transnacionais até muito recentemente se negavam a entrar no debate sobre o aquecimento global e suas conseqüências porque entendiam que essa era uma “ questão política”, como se elas próprias não tivessem posições políticas em vários outros temas globais

“ A (Nature) Conservancy foi um dos últimos grupos ambientalistas a reconhecer o aquecimento global e a necessidade de reduzir as emissões de gases causadores do efeito-estufa. Duas das mais importantes apoiadoras da Conservancy, a Exxon Móbil e a GM se opuseram aos esforços para cortar, drasticamente, a emissão desses gases. A Exxon Mobil, durante anos liderou a Coalizão Global do Clima, um grupo industrial que minimiza o aquecimento global. Essa empresa faz, há tempos, um lobby contra o Protocolo de Kyoto para reduzir as emissões.” (Washington Post, 2003.p.1)

Os aspectos políticos das mudanças climáticas globais ficaram claros na Conferência do Rio-92, quando os Estados Unidos e os países árabes, entre outros, se recusaram a assinar a Convenção sobre Mudanças Climáticas pela recusa de terem de respeitar os prazos para a redução das emissões de dióxido de carbono, pois isso forçaria a mudanças drásticas em suas políticas econômicas e de uso dos recursos naturais. Note-se também que as empresas multinacionais, usando um impressionante aparato propagandístico saíram incólumes da Conferência no que se refere às suas

responsabilidades concretas pela desordem reinante na biosfera.(Guimarães, R 1992). Algumas delas ainda foram prestigiadas pelo seu grande interesse pelo chamado “desenvolvimento sustentável”, por ONGs e cientistas.

A ênfase nos aspectos sócio-políticos das mudanças climáticas globais, segundo alguns, poderia comprometer a “objetividade”(capacidade de quantificação) das conclusões chamadas de “científicas”. Por outro lado, em alguns dos projetos similares onde havia a participação de cientistas sociais, estes foram acusados de monopolizar o debate, excluindo os cientistas naturais cujos estudos, no geral, se concentram em ciclos geo-biológicos mais longos que os históricos

As ciências sociais podem exercer um papel relevante na análise de processos sócio-ambientais locais e globais, como a conservação da biodiversidade e as mudanças climáticas globais. Destacamos algumas áreas em que essa contribuição poderia ser mais relevante:

a) Na análise das *relações entre sociedades e natureza(s)*, sua diversidade, o papel da cultura na construção da idéia de natureza tanto nas sociedades chamadas “ tradicionais” (povos indígenas, caboclos, ribeirinhos) quando nas sociedades urbano-industriais.

b) Na análise do próprio conceito de *natureza, enquanto social e culturalmente determinado*. As próprias mudanças climáticas globais só se tornaram relevantes quanto percebidas como provocadas pelas sociedades humanas contemporâneas. As diversas percepções sócio-culturais sobre o significado do que é “natural” e suas implicações teórico-práticas deveriam constituir uma preocupação maior dos cientistas sociais no estudo das relações homem-natureza. Um dos aspectos relevantes nesse debate é a forma pela qual o ambiente/natureza são percebidos hoje: de um lado enquanto um conjunto de recursos naturais que deveriam ser usados cautelosamente tendo-se em vista o bem-estar das gerações futuras e que se encontra ameaçado pela interferência humana. De outro lado, a natureza é vista como o domínio da pureza e do poder moral, objeto de reverência, um ecossistema global que deveria ser preservado em sua diversidade e interdependência: é *a natureza selvagem* que influenciou a criação dos parques nacionais nos Estados Unidos e, como modelo, se espalhou pelo mundo inteiro. Urry e Macnaghten (1995) propõem, nesse sentido, uma leitura sociológica da natureza

c) No estudo da *conservação da natureza em seu caráter global e também local*; o papel das unidades de conservação integral (parques e reservas naturais) e das de uso sustentável (reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável); do papel dos povos indígenas e tradicionais na construção da noção de biodiversidade

d) Na análise das relações entre *modelos de desenvolvimento e meio ambiente*, uma vez que os problemas ambientais são também sociais, políticos e de desenvolvimento e que os problemas gerados por um desenvolvimento desigual e injusto são nocivos tanto para as sociedades humanas quanto para os sistemas naturais.

e) Na constituição de *cenários sócio-ambientais* decorrentes dos impactos de processos globais, como a elevação do nível do mar sobre ambientes e sociedades litorâneas e costeiras, as primeiras a serem afetadas por essas mudanças. Esses cenários alternativos poderiam indicar ações no sentido de proteger as populações, tanto humanas quanto não-humanas em face dos impactos esperados.

f) Um campo de análise, sem dúvida importante, é constituído pelo aporte *dos movimentos ambientalistas*, organizações não-governamentais conservacionistas transnacionais, seu papel na geração de ciência aplicada à conservação, em geral a partir da perspectiva dos países do Norte, na análise das mudanças climáticas globais, sua capacidade de negociação e de fazer *lobbies*. Quais são as diversas ideologias desses movimentos, sua participação no cenário político, sua capacidade de mobilização?.

g) No estudo da *formação da opinião pública* sobre os problemas globais da desordem da biosfera e sobretudo o papel da mídia nesse processo. Algumas idéias veiculadas pela mídia podem ser cientificamente duvidosas, mas com grande impacto sobre a opinião pública de um país. Um fato revelador foi a pressão da opinião pública norte-americana sobre o Congresso, o Banco Mundial visando o fim das queimadas na Amazônia consideradas as principais causadoras dos verões tórridos nos Estados Unidos nos anos 1988-89

Urry e Macnaghten (1995) levantam a hipótese segundo a qual o discurso ecológico globalizante pode ser, principalmente, o produto de uma mudança no discurso de um movimento de cientistas e intelectuais que utilizam-se de imagens como a Terra Azul, que são extremamente móveis na “economia contemporânea dos signos.

h) Análise crítica do postulado básico da economia neoliberal de que *o mercado é* o regulador mais indicado para a solução dos grandes problemas ambientais, como ficou claro durante a Conferência do Rio. A luta pela competitividade a todo custo tem levado a uma desordem cada vez maior na biosfera, um desperdício de recursos naturais, ou a uma *entropia maior*. O mercado facilita a não incorporação das chamadas “externalidades” no processo produtivo, transferindo para as sociedades, sobretudo as do Terceiro Mundo os custos ambientais e de saúde. Dentro do projeto neoliberal de redução das funções do Estado, quais seriam os impactos causados pela redução de gastos sociais e ambientais, sobre o meio ambiente e a qualidade de vida das populações humanas e não-humanas? Como pensar a sustentabilidade ecológica (mas também social e cultural) no processo de globalização, de controle pelas multinacionais, etc?

i) *O global e o local nas questões ambientais.*

Há necessidade de uma análise, por parte das ciências sociais sobre as relações entre os processos ecológicos globais, que são considerados como afetando toda a biosfera e a humanidade e os problemas sócio-ambientais locais, percebidos pelas comunidades rurais e urbanas. De um lado, há um amplo processo de constituição de identidades sócio-ambientais globais, supranacionais, resultante, de uma maneira geral, de grandes ameaças, como a nuclear, do qual a mobilização gerada pelo Greenpeace sobre as explosões nucleares franceses é um exemplo. De outro lado, há a construção de identidades locais à base de problemas localizados, reação a certas políticas de exclusão sócio-ambiental, proteção de certas espécies em extinção, conservação de um ecossistema específico, etc.

j) Participação em grupos interdisciplinares de pesquisa, uma vez que o meio-ambiente e sua conservação não podem ser analisados uni-disciplinarmente.

l) Contribuir para a construção de novos modelos e práticas de conservação adaptados às condições ecológicas e culturais dos trópicos, baseada na colaboração orgânica entre as ciências sociais e naturais e o aporte do conhecimento tradicional, na participação efetiva dos povos indígenas e comunidades tradicionais na gestão da biodiversidade dos países do Sul.

BIBLIOGRAFIA

- ARVIND, K E STEPHENS, J 2004 Estudo sobre novos temas críticos da conservação florestal no Sul, Consultoria realizada para a Fundação Ford, N.Y. USA
- BOTTOMORE, T. 1982 “Introducción”. In: APOSTEL *et alii Interdisciplinaridad y Ciencias Humanas*. Paris, Technos/Unesco.
- BROWN, L. 1990 *Salve o Planeta: Qualidade de Vida-1990*. São Paulo, Ed.Globo.
- CHAPIN, M. 2004 A challenge to conservationists, World Watch Magazine, Nov/dez.
- CHIMÉRE-DIAW, M 2004 Escalas nas teorias da conservação, um outro conflito de civilização? CIDOR, Center for International Forestry Research
- COMPAGNON, D. 2005 Gerer démocratiquement la biodiversité grace aux ONG?, in Aubertin, C. (org.) Représenter la nature? ONG e Biodiversité, IRD Editions, Paris
- DIEGUES, A. C. 1994 *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP.
- _____ 1992 *O meio ambiente como espaço para o exercício da interdisciplinariedade*. São Paulo, NUPAUB-USP.
- DOWIE, M 2005 Conservation Refugees: When protecting nature means kicking people out , Orion, Nov/Dez.
- GUHA, R. 2000 O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo, in Diegues, A.(org.) Etno-conservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos, Hucitec/Nupaub, São Paulo
- GUIMARÃES, R. 1992 “El discreto encanto de la Cumbre de la Tierra. Evaluación Impresionista de Río-92”. In: *Nueva Sociedad*, n. 122, nov-dez.
- ICM (Instituto Chico Mendes), 2008 , Brazilian Protected Áreas,
- LARRERE, C e C (1997) *Du bon usage de la nature; pour une philosophie de l’environnement*, Paris, Alto Aubier
- MORIN, E. & KERN, A. 1993 *Tierra-Patria*. Barcelona, Kairós.
- MOSCOVICI, S, 1974 *Hommes domestiques, hommes sauvages*, Paris, Union Générale d’Éditions (Collection 10/18)
- REDCLIFT, M e BENTON, T,(ed) 1994 *Social Theory and the global environment*, Routledge, London/New York

TIEZZI, E. 1988 *Tempos históricos, tempos biológicos*. São Paulo, Nobel.

TOLEDO, V. 1992 “Utopía y naturaleza. El nuevo movimiento ecológico de los campesinos e indígenas de América Latina”. In: *Nueva Sociedad*, n. 122, nov-dez.

UNRISD 1992 *Estados de desorden: los efectos sociales de la globalización*. Ginebra.

URRY, J & MACNAGHTEN, P. 1995 “Towards a sociology of nature”. In: *Sociology*, vol 29, n. 2.

WASHINGTON POST 2003, pagina Por dentro da TNC- Nature Conservancy: Banco de terra sem fins lucrativos arrebatou bilhões. Filantropia faz ativos em parceria com as corporações, Por David B. Ottaway e Joe Stephens, Domingo, 4 de Maio

WYNNE, B (1994) Scientific knowledge and the global environment, in Redclift e Benton, op.cit

USAID 2006 Amazon Basin Initiative, Washington, USA